

Percepção dos policiais do Pelotão Ambiental do Estado de Sergipe sobre Agenda Ambiental na Administração Pública

Environmental perception of the Policeman Squad of state of Sergipe on Environmental Agenda in Public Administration

Cristiano Cunha Costa

¹Mestre em Agroecossistemas, Departamento de Ciências Florestais, Universidade Federal de Sergipe, Aracaju, SE, Brasil

Resumo

Este trabalho teve como objetivo estudar a percepção dos policiais militares sobre a implantação da agenda ambiental na administração pública no Pelotão Ambiental como forma de entender a relação dos mesmos com a qualidade de vida e a adoção de práticas sustentáveis dentro do ambiente de trabalho. Para isso, realizou-se o levantamento de informações através de um questionário semiestruturado com perguntas abertas e fechadas, sendo possível conhecer o perfil dos militares, ambiente de trabalho, resíduos sólidos gerados e uso racional material. Foi utilizado o programa estatístico SPSS for Windows 1.0. observou-se que a maioria dos entrevistados não conhecem o programa da A3P, porém informaram que adotariam o programa no seu ambiente de trabalho e há uma diversidade de produção de resíduos sólidos, porém não existe uma coleta seletiva. É necessário buscar soluções para problemas diagnosticados, através da elaboração e aplicação de ações ambientais. Então, faz-se necessário uma política ambiental efetiva dentro da Instituição.

Palavras-chave: Percepção. Pelotão Ambiental. Agenda Ambiental na Administração pública. Política ambiental.

Abstract

This work aimed to study the perception of the military police on the implementation of the environmental agenda in public administration in Environmental Platoon as a way to understand the relationship of the same with the quality of life and the adoption of sustainable practices within the workplace. For this, there was the collection of information through a semi-structured questionnaire with open and closed questions, can know the profile of the military, work environment, generated solid waste and rational use material. It used the statistical program SPSS for Windows 1.0. It was observed that the majority of respondents did not know the A3P program, but said they would adopt the program in their environment of work and there are a variety of solid waste, but there is no separate collection. It is necessary to seek solutions to problems identified through the development and implementation of environmental actions. So it is necessary an effective environmental policy within the institution.

Keywords: Perception. Environmental squad. Agenda in Public Administration. Environmental policy.

1 Introdução

A questão ambiental está se tornando ainda mais presente a cada dia, diante da demasiada pressão humana sobre os recursos ambientais, causando enormes prejuízos estratégicos em termos de recursos naturais e biodiversidade, tendo como consequência o decréscimo da qualidade de vida das populações rurais e urbanas (COSTA, 2013a).

É interessante destacar que a Constituição Federal (1988), no seu artigo 225 incumbiu ao poder público, entre outras responsabilidades, a de preservar e restaurar os processos ecológicos essenciais e prover o manejo ecológico das espécies e ecossistemas e controlar a produção, a comercialização e o emprego de técnicas, métodos e substâncias que comportem risco para a vida, a qualidade de vida e o meio ambiente, para a garantia de acesso a todos de um meio ambiente ecologicamente equilibrado, bem de uso comum do povo e essencial à sadia qualidade de vida. É dentro dessa seara que muito se tem ouvido falar em desenvolvimento sustentável (BRASIL, 1988).

Diante desse contexto, a Agenda Ambiental na Administração Pública (A3P) foi criada em 1999 pelo Ministério do Meio Ambiente e tem como objetivo inserir critérios ambientais nas áreas de governo (federal, estadual e municipal), visando minimizar ou eliminar os impactos ao meio ambiente, provocados por atividades administrativas ou operacionais, a partir do uso eficiente dos recursos naturais, materiais, financeiros e, principalmente, humanos (MMA, 2005; MMA, 2007).

Diante do elevado desperdício dos recursos naturais, é fator interessante que tal iniciativa seja adotada por servidores públicos, sendo necessário, para isso, realizar atividades de sensibilização, estimulando-os a incorporar princípios e critérios de gestão ambiental dentro dos órgãos públicos, promovendo o uso racional dos bens públicos e da gestão adequada dos resíduos (MARTINS et al., 2009).

Dentro de tal perspectiva, a A3P possui alguns objetivos, dentre eles: sensibilizar os gestores ambientais para as questões socioambientais; estimular a incorporação de critérios para gestão social e ambiental nas atividades públicas; promover a economia de recursos naturais e redução de gastos institucionais; contribuir para revisão dos padrões de produção e consumo e na adoção de novos referenciais de sustentabilidade no âmbito da administração pública (MMA, 2009).

No entendimento de Santos et al. (2012) sem dúvida é de extrema importância e um avanço muito grande nas questões ambientais desenvolvidas em nosso país, pois pretende instaurar um processo de construção de uma nova cultura institucional na administração pública, visando a sensibilização dos servidores para otimização dos recursos para o combate ao desperdício e para a busca de uma melhor qualidade do ambiente de trabalho.

Diante desse contexto, alguns trabalhos foram realizados como, por exemplo, Cavalcanti (2013), Santos et al. (2012), Martins et al. (2009), Martine (2014), Oliveira e Pereira (2014), Rêgo et al. (2011), Luiz *et al.* (2013), Eduardo et al. (2011), Jeronimo e Santiago Júnior (2012), dentre outros estudiosos.

Para que a adoção da A3P tenha o retorno esperado, é interessante motivar os servidores públicos para estarem abertos a mudanças nos procedimentos administrativos, sendo necessária a participação de profissionais de todas as áreas, independentemente de cargo ou grau de responsabilidade, em um processo, e este deve ser encarado com naturalidade e maturidade, pois, além de muito dinâmico, está voltado para as exigências da sociedade e sua economia de mercado (CAVALCANTI, 2013).

A questão ambiental também está cada vez mais inserida nas atividades relativas ao sistema produtivo e a administração das organizações. Por outro lado, as instituições públicas precisam nortear, regular e administrar o meio ambiente como patrimônio de todos, na busca do desenvolvimento sustentável. Vale lembrar que isso pode começar pelo próprio gerenciamento das repartições públicas através de ações como uso otimizado de recursos e prevenção da poluição, além da abordagem tradicional de atendimento a padrões legais (REGO et al., 2011).

Diante dessa perspectiva, trata-se de uma alternativa de perceber as relações coletivas dos servidores públicos dentro do ambiente de trabalho no que concerne a qualidade de vida e a adoção de práticas ambientalmente sustentáveis no tocante ao uso racional dos materiais no ambiente de trabalho.

Este trabalho teve como objetivo estudar a percepção dos policiais militares sobre a implantação da Agenda Ambiental na Administração Pública (A3P) no Pelotão de Polícia Ambiental do Estado de Sergipe como forma de entender a relação dos mesmos com a qualidade de vida e a adoção de práticas sustentáveis dentro do ambiente de trabalho.

2 Metodologia

2.1 Local da pesquisa

O Pelotão de Polícia Ambiental é uma unidade militar especializada que objetiva a proteção e a preservação do meio ambiente, coibindo de maneira repressiva e inibitória, através de ações fiscalizatórias, e de maneira preventiva por meio de ações de educação ambiental junto a escolas e comunidades (COSTA, 2013b).

É uma unidade que objetiva a preservação do meio ambiente e dos recursos naturais existentes no Estado de Sergipe, apoiando e auxiliando os órgãos ambientais competentes como IBAMA (Instituto do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis), ADEMA (Administração do Meio Ambiente) e ONG's.

2.2 Tratamento das informações

Para a realização do estudo da percepção dos policiais sobre a Agenda Ambiental na Administração Pública, realizou-se o levantamento de informações através de um questionário semiestruturado com perguntas abertas e fechadas no sentido de melhor entender a percepção dos mesmos.

No questionário havia perguntas sobre o perfil dos militares (idade, gênero, formação escolar, conhecimento sobre a A3P e interesse na implantação no local de trabalho), ambiente de trabalho (iluminação, climatização, limpeza), resíduos sólidos (colaboração, descarte e tipo de lixo gerado) e uso racional de papel, de água, de energia, de material de expediente.

O questionário foi aplicado com 31 policiais que estão empregados no policiamento ostensivo e os que trabalham na função administrativa.

As respostas dos questionários foram tabuladas em planilha Excel. Em seguida, as respostas semelhantes foram agrupadas em categorias.

Além disso, foi utilizado o programa estatístico SPSS for Windows 1.0, sendo possível fazer uma análise quantitativa e qualitativa dos dados.

3 Resultados e discussão

3.1 Perfil dos policiais ambientais

Observou-se que, quanto ao gênero, 81% dos policiais ambientais são do gênero masculino e 19% são do gênero feminino, sendo que 69% tem entre 31 a 40 anos, 21% tem faixa etária entre 41 a 50 anos e apenas 10% tem faixa etária entre 21 a 30 anos.

Quando questionados sobre o conhecimento dos mesmos sobre o que seria A3P, a maioria (52,6%) responderam que não conheciam o programa e 47,4% responderam que já conheciam (figura 1).

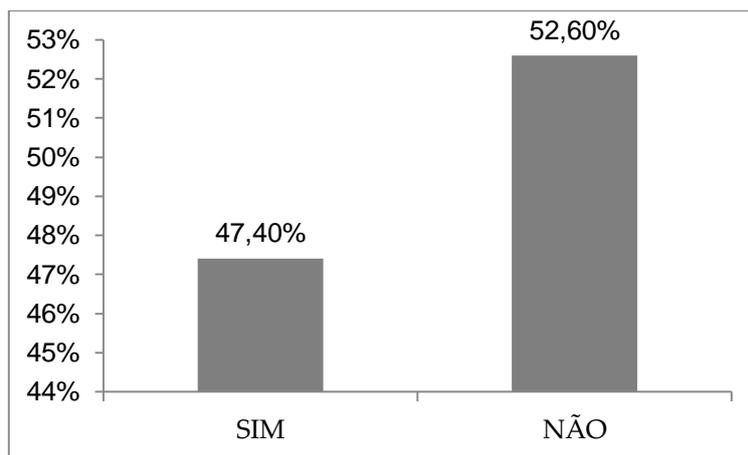


Figura 01 - Conhecimento dos policiais ambientais sobre a existência da Agenda Ambiental na Administração Pública.

Santos et al. (2011) em pesquisa sobre a implantação da A3P em instituição de ensino superior, observou que 90% dos servidores efetivos entrevistados desconheciam as práticas da A3P.

A Agenda Ambiental na Administração Pública é uma importante ferramenta, pois sua implantação consiste na estruturação de responsabilidades, práticas, procedimentos, projetos e recursos da organização mobilizados para a implantação e manutenção de programas de proteção ao meio ambiente. Deve fazer parte do planejamento estratégico do Órgão, pois o processo de formação de estratégias ambientais consistentes é evolutivo e conduzido pela aprendizagem. Considerando que a gestão compartilhada da A3P é meio para a efetivação da diretriz de transversalidade da Política Nacional de Meio Ambiente - PNMA e do Sistema Nacional de Meio Ambiente - SISNAMA com os órgãos integrantes da Administração Pública, na busca do desenvolvimento sustentável (EDUARDO et al., 2010).

Quando perguntados se adotariam a Agenda Ambiental na Administração Pública (A3P), 94,1% responderam que adotaria o programa no seu local de trabalho. Entretanto, apenas 5,9% afirmaram que não adotariam, pois, segundo os mesmos, seria um “trabalho a mais” no local de trabalho (figura 2).

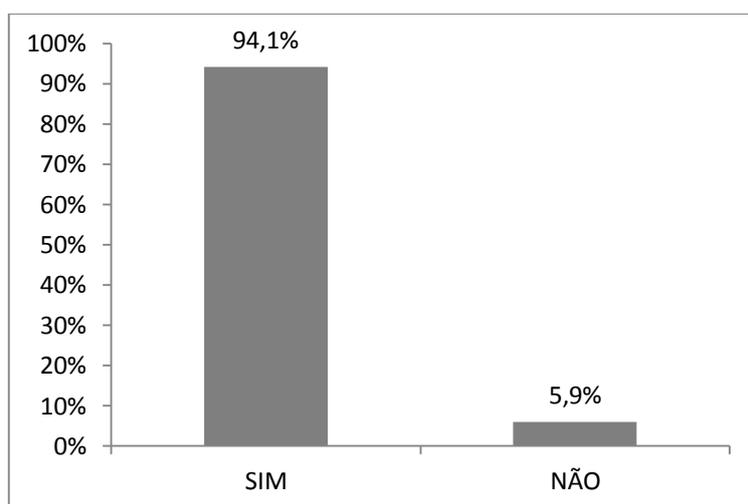


Figura 2 – Adoção da A3P pelos policiais ambientais no local de trabalho.

É interessante destacar que a implementação da A3P pode trazer uma série de vantagens, tais como: redução de água, energia e outros insumos, estabelecimento de padrões ambientais focados ao ganho de qualidade de vida no ambiente de trabalho para o funcionário, entre outros (SANTOS et al., 2011).

Além disso, diante do elevado desperdício de materiais provenientes de recursos naturais, torna-se necessário sensibilizar os servidores no sentido de estimulá-los a incorporar princípios e critérios de A3P em suas atividades laborativas, favorecendo o uso racional dos recursos naturais e a gestão adequada dos resíduos.

3.2 Qualidade de vida no ambiente de trabalho

3.2.1 Iluminação

Com relação a percepção dos policiais ambientais sobre a iluminação no local de trabalho, a maioria dos entrevistados (59%) responderam que o ambiente de trabalho é bem iluminado, seguido pelos que consideram a iluminação é neutra e 10% consideram a iluminação muito ruim (figura 3).

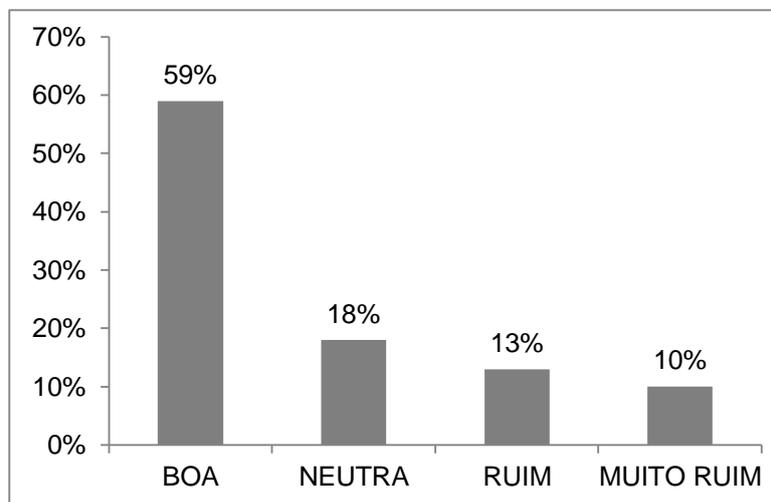


Figura 3 – Situação da iluminação no local de trabalho segundo os policiais ambientais.

As obras públicas devem ser elaboradas visando a economia da manutenção e operacionalização da edificação no que se refere ao aproveitamento da luz solar e direção dos ventos, favorecendo a iluminação e ventilação natural e reduzindo o consumo de energia e água (MMA, 2009).

3.2 Climatização

27% dos entrevistados consideram que o ambiente de trabalho tem uma boa climatização e apenas 7% classificam como muito boa. As demais classificações (ruim, muito ruim e neutra) tiveram a mesma percentagem (figura 4).

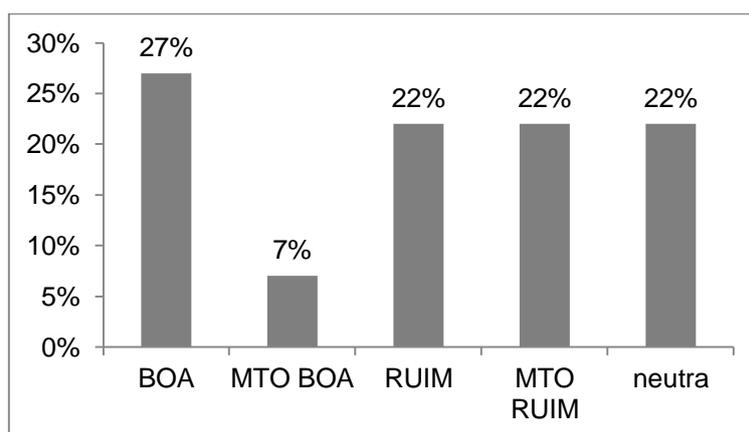


Figura 4 – Situação do conforto térmico no local de trabalho segundo os policiais ambientais.

É válido destacar que um ambiente devidamente climatizado e iluminado favorece a uma melhor qualidade de vida ao servidor público no seu local de trabalho, sendo parâmetros para a responsabilidade social (HOLME e WATTS, 2000).

Além disso, a responsabilidade social corporativa pode ser trabalhada em cima de duas abordagens: a interna e a externa, independente do porte e da tipologia empresarial (ASHLEY, 2003; PRIMOLAN, 2004).

Como foco deste trabalho, e considerando as variáveis deste grupo, logo nota-se que tais variáveis estão diretamente inseridas nas características da responsabilidade social interna, a qual começa pela valorização profissional e a melhoria da qualidade de vida dos funcionários e, em uma perspectiva mais ampla, de suas famílias.

3.3 Geração de resíduos

3.1 Colaboração com a coleta seletiva

Quando perguntados sobre a colaboração da coleta seletiva, a maioria dos entrevistados (82%) afirmaram que tem interesse em colaborar com a separação dos resíduos no ambiente de trabalho (figura 5).

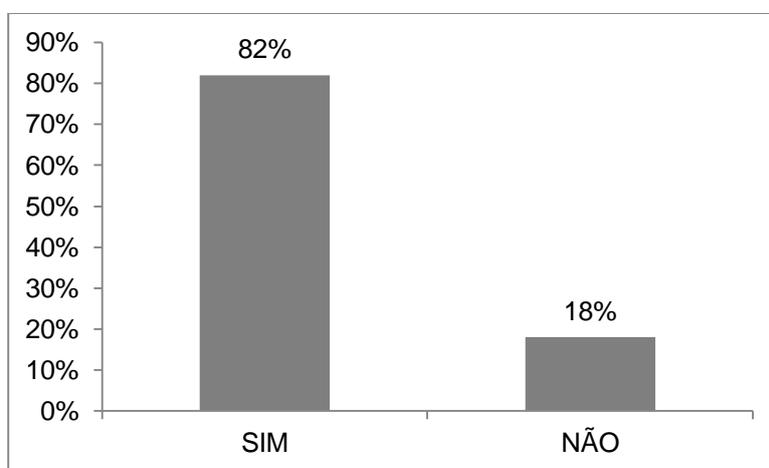


Figura 5 – Interesse dos servidores em participar da coleta seletiva no Pelotão Ambiental.

Por outro lado, 18% dos policiais ambientais afirmaram que não tem interesse em colaborar com a coleta seletiva dentro do ambiente de trabalho.

Ao ver o descarte inadequado de resíduos no local de trabalho por algum colega, alguns policiais ambientais disseram não fazer nada (50%), afirmando que não gostaria de ter algum atrito com o companheiro de trabalho. Entretanto, 35% disseram que chama a atenção, pois tal comportamento não é compatível com a realidade profissional (figura 6).

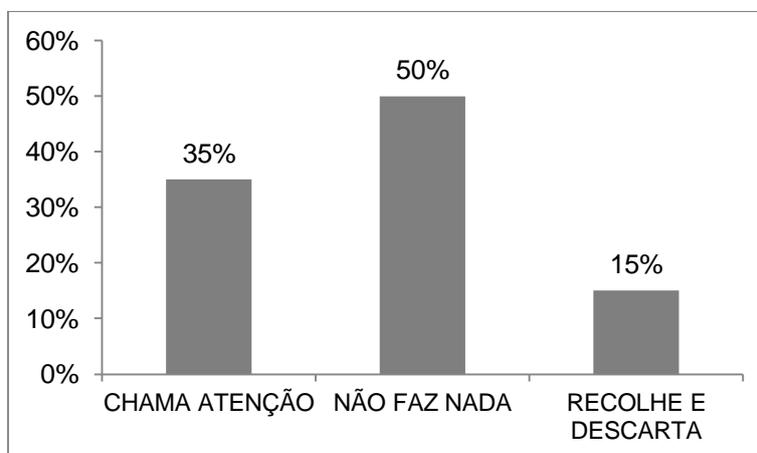


Figura 6 – Comportamento dos servidores quando há desperdício de energia no Pelotão Ambiental.

Com relação aos principais resíduos produzidos no Pelotão Ambiental, os principais tipos de resíduos gerados pelos militares são plástico (29%), lixo orgânico (28%), papel (28%), vidro (13%) e metais (2%) (figura 7).

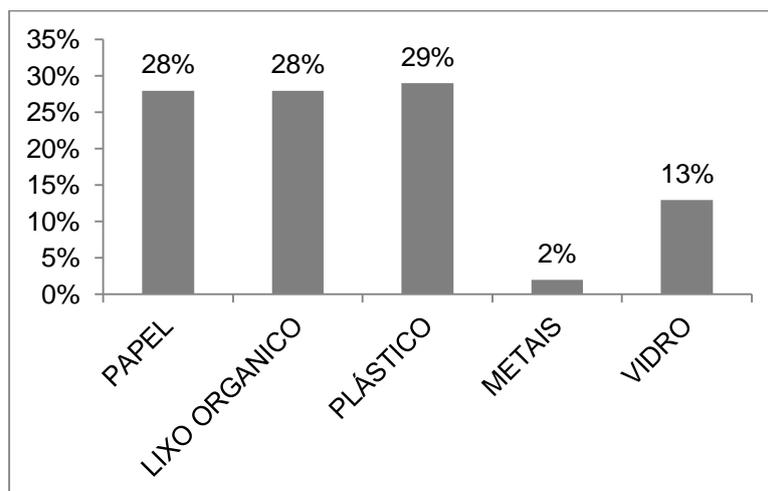


Figura 7 – Principais resíduos sólidos produzidos no Pelotão Ambiental.

Dentro do Pelotão Ambiental, o papel é oriundo das atividades administrativas no que se refere a confecção de documentos burocráticos; o metal é gerado do material de expediente (clipes, grampos, etc.), latas de alimentos, peças de mobiliário, dentre outros; lixo orgânico, juntamente, com o plástico são gerados por conta da alimentação realizada durante o serviço.

Segundo levantamento realizado pelo Ministério do Meio Ambiente, os principais resíduos gerados pela administração pública são: papel, plástico, metal, vidro e lixo orgânico (MMA, 2009).

A impressão em frente e verso é feita por 56% dos policiais ambientais, em detrimento daqueles que realizam a impressão em somente um verso da folha (44%) (figura 8).

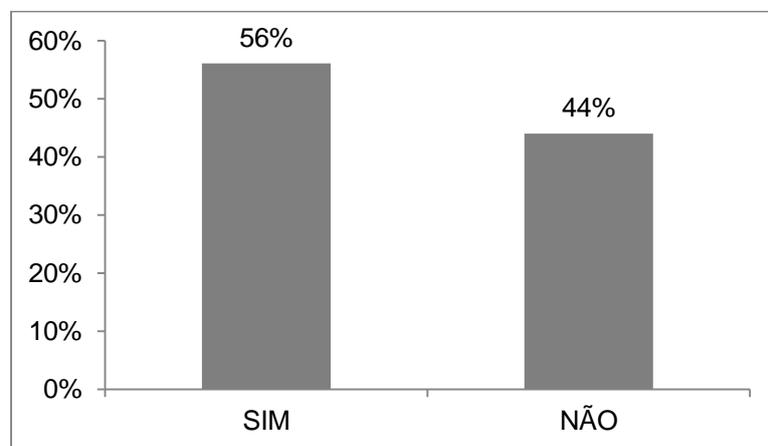


Figura 8 – Otimização do material administrativo no Pelotão Ambiental.

Diante desse contexto, seria interessante que o Pelotão Ambiental adotasse um sistema informatizado no que se refere ao desenvolvimento das ações administrativas, como, por exemplo, o uso de papel para livros de supervisor, livro de plantão, confecção de relatórios, partes administrativas, ordens de serviço, dentre outros. Desse modo, haveria uma redução significativa do uso de papel, uma vez que permitiria uma aceleração do processo e redução de impacto ambiental.

Quando perguntados sobre a reutilização da folha como rascunho, a maioria dos entrevistados (90%) afirmaram que a fazem, pois usam como anotações de ocorrências ambientais, redação de documentos, dentre outros (figura 9).

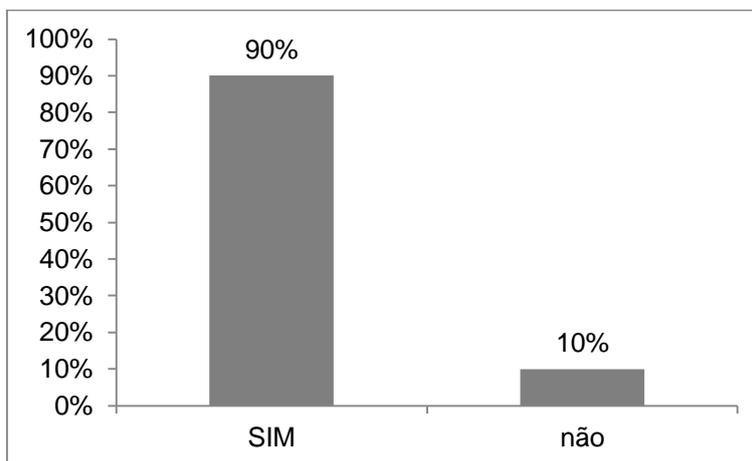


Figura 9 – Reaproveitamento do material administrativo no Pelotão Ambiental.

O papel é o resíduo gerado em maior quantidade pela administração pública e o que possui maior valor para aproveitamento por meio da reciclagem se bem separado por meio da coleta seletiva. Uma das maneiras de promover a correta separação do papel é a disposição de recipientes adequados para o seu descarte. Na maioria dos órgãos públicos são utilizadas caixas de papelão, individuais ou coletivas. Essas caixas também devem ser separadas de acordo com a destinação dos papéis, ou seja, se serão reutilizados (rascunhos) ou destinados à reciclagem. É muito importante que o papel não seja amassado nem seja misturado com outros tipos de materiais para que não sujem, o que reduz o valor do material para reciclagem (MMA, 2009).

Com relação à redução de água, energia, papel e copos descartáveis, Freitas et al (2011) observaram que é uma forte tendência dentro das Instituições Federais de Ensino Superior, pois muitas delas estão aderindo a Agenda Ambiental na Administração Pública.

3.4 Uso racional dos recursos naturais

3.4.1 Uso da água

O desperdício de água na sede do Pelotão Ambiental é observado por metade dos entrevistados os quais afirmam que tal fato é devido a problemas nos encanamentos, torneiras gotejando e mal uso durante as atividades cotidianas realizadas pelos policiais ambientais (figura 10).

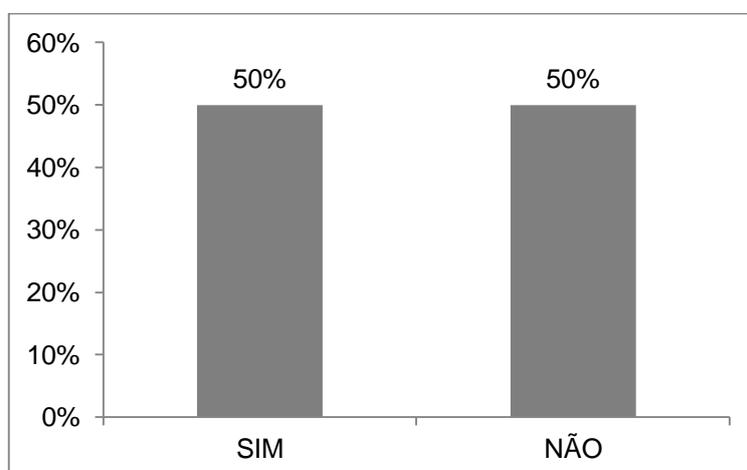


Figura 10 – Percepção dos policiais sobre o desperdício de água no Pelotão Ambiental.

Sobre a questão da escassez da água no planeta, aceleram-se as publicações com conotação de alerta, de conscientização, pesquisas e relatos sobre as alterações climáticas que influenciam nas nascentes, as chuvas

exageradas que destroem encostas, entre outras mudanças que têm sido registradas pela mídia nacional e internacional (DETONI et al., 2007).

De acordo com Martins (2003) três quartos da superfície da Terra são cobertos por água, correspondendo a 354.200 Km do planeta, formados por oceanos, rios, lagos, pântanos, manguezais, geleiras e as calotas polares. Dos 1.386 milhões de Km³ de água apenas 2,5% desse total são de água doce, sendo que 68,9% estão na forma de geleira, significando que apenas 0,3% de toda água da Terra está acessível e pode ser consumida direto da natureza.

A degradação dos recursos hídricos tem um efeito direto no meio ambiente, mais especificamente sobre a fauna, a flora e a saúde humana. O aumento populacional tem ocorrido em níveis superiores aos tolerados pela natureza, o que resultará, em pouco tempo, em estresse do sistema hídrico (MORAES e JORDÃO, 2002).

3.4.2 Uso da energia

Durante o serviço, 86% dos entrevistados observam que há equipamentos ligados sem serem usados sem serem devidamente utilizados e 14% disseram que não observa o desperdício de energia no local de trabalho (figura 11).

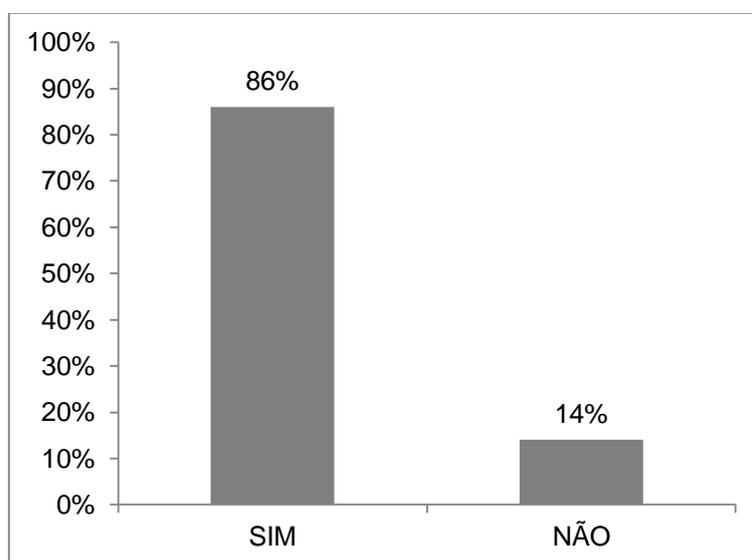


Figura 11 – Percepção dos policiais sobre o desperdício de energia no Pelotão Ambiental.

Solow (2000), inversamente a outros economistas, toma como séria a questão da finitude dos recursos naturais, porém, ao contrário dos críticos da economia dominante, considera que o homem é capaz de construir as respostas necessárias a esse desafio sem grandes mudanças sociais, mas tecnológicas. Seu pensamento tem algumas premissas básicas que se situam além da intercambialidade dos fatores de produção. É dentro dessa premissa que se insere a produção de energia elétrica por sua produção está associada a existência dos reservatórios de água.

Ao identificar um equipamento ligado sem estar em uso, parte dos entrevistados (50%) disseram que o desliga e outra parte (50%) disseram que não o fazem (figura 12).

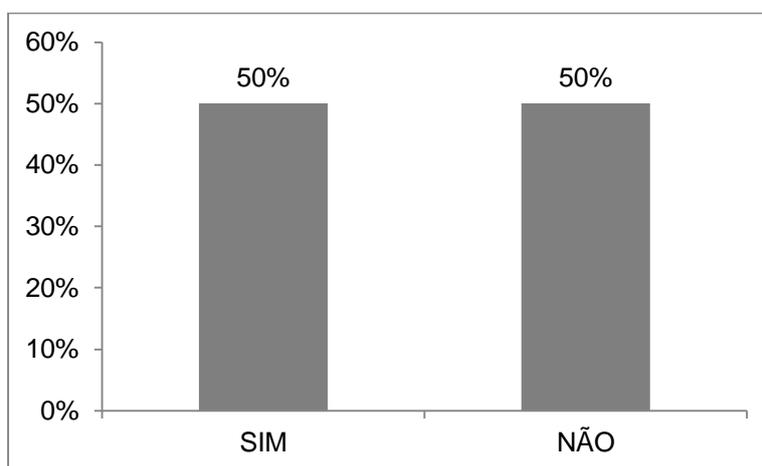


Figura 12 - Comportamento dos servidores quando há desperdício de energia no Pelotão Ambiental.

Durante pesquisa em Instituto Federal do Mato Grosso (MT), destaca-se que há um péssimo hábito dos servidores de não atentar ao desperdício, pois 99% afirmam que há algum tipo de desperdício (água, energia e material expediente), e apenas 1% se mobilizam em prol ao meio ambiente (SANTOS et al., 2011).

É interessante destacar que o uso racional dos recursos está relacionado com o grau de percepção ambiental do indivíduo. Estabelece uma ligação sobre o meio físico e uma reflexão sobre as relações desse meio com a subjetividade, própria do instrumental psicológico de cada indivíduo (COSTA, 2013a). Desse modo, é mais fácil entender a relação do homem com a natureza.

A afinidade das questões ambientais desperta no indivíduo um senso de autodisciplina sobre o meio ambiente, devido ao comportamento, hábitos e atitudes de proteção e uso racional dos recursos naturais, melhorando a relação do homem com a natureza (COSTA, 2013b).

Dentro do contexto no mundo moderno e globalizado, é clara a necessidade da mudança do comportamento do homem em relação à natureza, no sentido de promover sob um modelo de desenvolvimento sustentável (processo que assegura uma gestão responsável dos recursos do planeta de forma a preservar os interesses das gerações futuras e, ao mesmo tempo atender as necessidades das gerações atuais), a compatibilização de práticas econômicas e conservacionistas, com reflexos positivos evidentes junto à qualidade de vida de todos (COSTA, 2015).

Quanto ao uso de copos descartáveis, parte dos policiais ambientais (50%) afirmaram que raramente usam os copos descartáveis no local de trabalho, seguido pelos que moderadamente usa (31%) (figura 13).

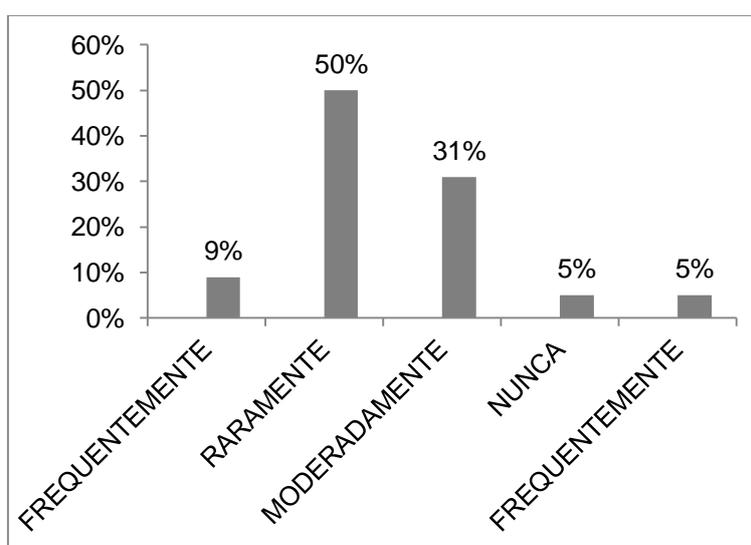


Figura 13 – Uso de copos descartáveis pelos policiais ambientais no local de trabalho.

De uma forma geral, os copos plásticos não são reaproveitados por outras pessoas e tem curtíssima duração de vida, podendo, apenas, serem destinados à reciclagem. Uma medida simples que otimiza a separação dos copos plásticos para reciclagem é a disponibilização nos órgãos públicos de coletores de copos plásticos e a conscientização dos usuários para sua correta utilização (MMA, 2009).

Diante desse fato, é importante que sejam adotadas medidas que promovam a redução na geração desse resíduo como, por exemplo, a realização de campanhas para uso racional dos copos plásticos ou substituição de copos descartáveis por copos duráveis.

Em estudo sobre a implantação da A3P em instituições de ensino superior, Freitas et al. (2011) observaram que há uma preocupação em promover o uso racional dos recursos naturais e bens públicos no sentido de estimular a sustentabilidade dentro das repartições públicas.

É interessante destacar que para a produção de tais materiais é necessário o uso de vários recursos naturais, como podem ser citados, por exemplo, a água e energia principalmente. Dessa maneira, quanto maior a demanda desses materiais, maior a demanda por recursos naturais.

Para Lana (2009), quanto mais persistente for a manutenção da exploração máxima do recurso, mais drástica é a queda na exploração das reservas restantes em um curto espaço de tempo, ocorrendo o chamado blackout ou queda brusca na taxa de produção. Portanto, a partir do pico de exploração, se não houver novas reservas a serem descobertas, alternativas para se produzir mais alimentos sem depender dos recursos vigentes, ou racionalização da exploração com base na eficiência de uso destes recursos, conseqüências catastróficas podem ocorrer com a humanidade em algum momento neste século.

Tal fato já foi previsto pelo Clube de Roma em 1972, na publicação conhecida como "The limits of growth" ou limites do crescimento, pois divulgou a base de um modelo associando a industrialização acelerada, o rápido crescimento populacional, a depleção dos recursos naturais não renováveis, a subnutrição generalizada e a poluição ambiental (Meadows et al., 1972).

5 Conclusões

Portanto, mesmo trabalhando em um órgão ambiental, a maioria dos entrevistados responderam que não conheciam a A3P, porém informaram que adotariam o programa no seu ambiente de trabalho, uma vez que existe dentro do Pelotão Ambiental uma preocupação em usar de forma racional os recursos, pois a maioria entende que é de fonte esgotável.

Alem disso, o Pelotão Ambiental não possui uma construção sustentável no sentido de otimizar os recursos naturais como fonte de ventilação e iluminação naturais, sendo por esse motivo uma reclamação dos policiais ambientais e um uso maior desses recursos e, no local, há uma diversidade de produção de resíduos sólidos, porém não existe uma coleta seletiva, algo que seria adotado pela maioria segundo os entrevistados.

Diante disso, é necessário buscar soluções para problemas diagnosticados, através da elaboração e aplicação de ações ambientais. Então, faz-se necessário uma política ambiental efetiva dentro da Instituição.

Os resultados obtidos neste trabalho indicam que há realmente a necessidade de implantar a Agenda Ambiental na Administração pública tendo em vista que a maioria dos servidores desconhece as práticas sugeridas por essa Agenda. Portanto, é de suma importância a adoção dessas práticas a fim de poder proporcionar uma melhor qualidade de vida no ambiente de trabalho e reduzir os dados ambientais causados pelas práticas não adequadas.

Seja qual for a função que exerçamos na administração pública, o resultado do nosso comprometimento com o uso racional de todo o tipo de bem público será bem visto e com certeza influenciará, em pouco tempo, outros servidores a procederem da mesma forma.

Referências

AGENDA ambiental na administração pública. Brasília: MMA/Comissão Gestora da A3P, 2009.

Ashley, P. A. (2003). Ética e responsabilidade social nos negócios. São Paulo: Saraiva.

Brasil. 1988. Constituição Federal. Disponível em:

http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicaocompilado.htm. Acesso em: 05/07/15.

- Cavalcante, M. L. S. A. (2013). Administração Pública e Agenda Ambiental – A3P - Considerações sobre a implementação nos órgãos públicos. **Revista Controle**, 1 , 193-216.
- Costa, C. C. (2013a). Percepção ambiental em unidades de conservação. Clube dos Autores.
- Costa, C. C. (2013b). Percepção ambiental dos policiais do Pelotão de Polícia Militar Ambiental do Estado de Sergipe. **Revista Ibero-Americana de Ciências Ambientais**, 4(1), 15-32 .
- Costa, C. C. (2015). Percepção ambiental dos acadêmicos de Engenharia Florestal pela Universidade Federal de Sergipe. **Revista Educação Ambiental em Ação**. 13 (51), 1-18.
- Detoni, T. L., Dondoni, P. C., Padilha, E. A. (2007). A escassez da água: um olhar global sobre a sustentabilidade e a consciência acadêmica. In: **Encontro Nacional de engenharia de produção**, 1-10.
- Eduardo, E., Lima, R., Amaral, M., Menezes, V., Barret,o A. (2011). Agenda Ambiental na Administração Pública-A3P: Instituto Natureza do Tocantins. In: Anais Iniciação Científica e Extensão, 11-24.
- Freitas, C. L, Borgert, A., Pfitscher, E. D. (2011). Agenda Ambiental na Administração Pública: uma análise da aderência de uma IFES as diretrizes propostas pela A3P. IN: **XI Colóquio Internacional sobre Gestão Universitária na América do Sul**, 1-16.
- Holme, R., Watts, P. (2000). Corporate social responsibility: making good business sense. World Business Council for Sustainable Development.
- Lana, R. P. (2009). Uso racional de recursos naturais não-renováveis: aspectos biológicos, econômicos e ambientais. **R. Bras. Zootec.**, 38,330-340.
- Jerônimo, C. E. M., Santiago Júnior, A. F. (2012). Desafios da administração ambiental publica: estudo de caso do município de Espirito Santo/RN. **Revista de Administração de Roraima**, 1, 136-146.
- Luiz, L. C, Rau, K., Freitas, C. L, Pfitscher, E. D. (2013). Agenda Ambiental na Administração Pública (A3P) e Práticas de Sustentabilidade: Estudo Aplicado em um Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia. **Administração pública e gestão social**. 5 (2), 114-134.
- Martine, G. (2014). Ciência, cultura e a estagnação da agenda ambiental. **R. bras. Est. Pop.** 31 (1), 231-238.
- Martins, A. (2003). O planeta está sedento. Folha Universal.
- Martins, A. B, Correa, L. B, Moura, M. H. G., Mendes, P. M. (2009). Agenda Ambiental na Administração Pública (A3P): um instrumento de gestão ambiental para UFPEL. In: **I Mostra Científica**. 12-23.
- Meadows, D. H, Meadows, D. L, Randers J. et al. (1972). The limits of growth. A report for the Club of Rome's project on the predicament of mankind. New York: Universe Books.
- MMA – MINISTÉRIO DO MEIO AMBIENTE. AGENDA ambiental na administração pública. Brasília: MMA/SDS/PNEA, 2005.
- MMA – MINISTÉRIO DO MEIO AMBIENTE. AGENDA ambiental na administração pública. Brasília: MMA/SDS/PNEA, 2007.
- Moraes, D. S. L., Jordão, B. Q. (2002). Degradação de recursos hídricos e seus efeitos sobre a saúde humana. **Rev. Saúde Pública**. 36(3), 370-374.

Oliveira, A. A, Pereira, P. C. (2014). Viabilidade da Implantação da Agenda Ambiental da Administração Pública (A3P) na prefeitura municipal de Cláudio – MG. **Revista Ciências Gerenciais em Foco**. 2, 26-35.

Primolan, L. V. (2004). A responsabilidade social corporativa como um fator de diferenciação na competitividade das organizações. **Revista Gerenciais**. 3, 125-134.

Rêgo, G. S, Pimenta, H. C. D., Saraiva, V. M. (2011). Agenda Ambiental na Administração Pública - A3P: um estudo sobre a potencialidade de aplicação no município de São Gonçalo do Amarante/RN. **Rev. Holos**, 4, 29-50.

Santos, E. C. G., Moura, J. M., Fernandes, A. T. (2012). Estudo de caso para aplicação da Agenda Ambiental na Administração Pública - A3P no IFMT - Campus Cuiabá Bela Vista. IN: **III Congresso Brasileiro de Gestão Ambiental Goiânia/GO**. 1-8.

Solow, R. (2000). Growth Theory: an exposition. 2.ed. Oxford: Oxford University Press.